

Cinema e ensino de História no contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): o *frame* como recurso didático para abordagem da participação feminina na luta por democracia

Cinema and the teaching of History in the context of the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964–1985): the film *frame* as a didactic resource for addressing women’s participation in the struggle for democracy

Cine y enseñanza de la Historia en el contexto de la Dictadura Cívico-Militar en Brasil (1964–1985): el *frame* como recurso didáctico para abordar la participación femenina en la lucha por la democracia

Sandra Uanne Canela da Mota*

Antonio Carlos Sardinha**

Resumo: Este artigo analisa a ausência de discussões sobre a presença de mulheres nos conteúdos de livros didáticos de História que abordam a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985) e apresenta o uso do cinema como recurso didático alternativo, para problematizar a agenda de ensino de histórias das mulheres no contexto da repressão política no país. O estudo, desenvolvido no âmbito de pesquisa de Mestrado Profissional em Ensino de História, teve como objetivo identificar a forma como os livros didáticos retratam a participação feminina no período da ditadura, com análise do material destinado ao novo Ensino Médio, inserido no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edição 2021. As categorias de análise privilegiaram a presença ou ausência de personagens femininas, os papéis sociais atribuídos e a linguagem empregada. Os resultados apontam que a participação das mulheres, quando mencionada, restringe-se a papéis secundários ou estereotipados, não reconhecendo sua atuação política, militante e social durante a Ditadura. Como alternativa pedagógica, propõe-se o uso do *frame* cinematográfico em sala de aula, explorando cenas de filmes que retratam experiências femininas e possibilitam aos estudantes construir leituras críticas sobre este passado recente. Conclui-se que o *frame* cinematográfico, ao articular memória, sensibilização estética e reflexão histórica, configura-se como instrumento potente para o enfrentamento do que nominamos como silenciamento da participação feminina pelos materiais didáticos.

Palavras-chave: Ensino de História; mulheres; Ditadura Civil-Militar; *frame*; livros didáticos.

* Mestrado profissional em História pela Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. Doutorado em andamento em Estudos de Fronteiras pela Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil. <https://orcid.org/0009-0008-4421-7478>

** Doutorado em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Política (PPCULT/UNIFAP). <https://orcid.org/0000-0001-5257-3263>



Abstract: This article examines the absence of discussions on women's presence in history textbooks when addressing the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964–1985) and presents cinema as an alternative didactic resource to problematize the teaching agenda concerning women's histories in the context of political repression in the country. The study, developed within the *framework* of a Professional Master's research in History Teaching, aimed to identify how textbooks portray women's participation during the dictatorship, analyzing materials designed for the reformed Secondary Education, included in the National Textbook Program (PNLD), 2021 edition. The categories of analysis focused on the presence or absence of female figures, the social roles ascribed to them, and the language employed. The findings indicate that women's participation, when mentioned, is limited to secondary or stereotyped roles, failing to recognize their political, militant, and social engagement during the dictatorship. As a pedagogical alternative, the use of cinematic *frame* in the classroom is proposed, exploring film scenes that depict women's experiences and enable students to develop critical readings of this recent past. It is concluded that the cinematic *frame*, by articulating memory, aesthetic sensibility, and historical reflection, constitutes a powerful instrument to confront what we designate as the silencing of women's participation in didactic materials.

Keywords: History teaching; women; Civil-Military Dictatorship; *frame*; textbooks.

Resumen: Este artículo analiza la ausencia de discusiones sobre la presencia de las mujeres en los contenidos de los libros de texto de Historia al abordar la Dictadura Cívico-Militar brasileña (1964–1985) y presenta el uso del cine como recurso didáctico alternativo para problematizar la agenda de enseñanza de las historias de las mujeres en el contexto de la represión política en el país. El estudio, desarrollado en el marco de una investigación de Maestría Profesional en Enseñanza de la Historia, tuvo como objetivo identificar la forma en que los libros de texto retratan la participación femenina durante la dictadura, con un análisis del material destinado al nuevo Bachillerato, incluido en el Programa Nacional del Libro Didáctico (PNLD), edición 2021. Las categorías de análisis privilegiaron la presencia o ausencia de personajes femeninos, los roles sociales asignados y el lenguaje empleado. Los resultados muestran que la participación de las mujeres, cuando es mencionada, se restringe a papeles secundarios o estereotipados, sin reconocer su actuación política, militante y social durante la dictadura. Como alternativa pedagógica, se propone el uso del *frame* cinematográfico en el aula, explorando escenas de películas que retratan experiencias femeninas y permiten a los estudiantes construir lecturas críticas sobre este pasado reciente. Se concluye que el *frame* cinematográfico, al articular memoria, sensibilización estética y reflexión histórica, se configura como un instrumento potente para enfrentar lo que denominamos el silenciamiento de la participación femenina en los materiales didácticos.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; mujeres; Dictadura Cívico-Militar; *frame*; libros de texto.



Introdução

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)¹, que propõe a utilização do *frame* cinematográfico em sala de aula como recurso didático para problematizar a interface entre gênero e historiografia oficial. Especialmente, destacamos ausências e presenças seletivas de mulheres na narrativa da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) identificadas nos livros didáticos do Ensino Médio. O *frame* (cuja tradução é quadro) pode ser definido como a unidade mínima de construção da cena de filme. Cada *frame* conta com o enquadramento de personagens, suas falas e expressões que, quando articulados em conjunto com outros *frames*, dão origem as ativas sequências que são reproduzidas nas telas. No contexto escolar, pode funcionar como ponto focal de análise, oferecendo oportunidades para discutir experiências plurais, trajetórias silenciadas e construções de sentido relacionadas a fenômenos históricos.

O ensino de História sob a ótica de gênero no período da Ditadura Cívico-Militar no Brasil apresenta-se como um desafio, tendo em vista que as referências a mulheres na historiografia como um todo são escassas e, quando existentes, não contemplam a diversidade de experiências constituídas a partir de marcadores de raça/etnia, orientação sexual, procedência geográfica e classes sociais. Nesse contexto, a proposta do *frame* como recurso didático é propor um olhar problematizador ao Ensino de História sob um viés de gênero, situando as mulheres de forma mais ativa no conjunto do discurso historiográfico estatal. Para além de vítimas dispersas da repressão, conforme perspectiva comumente retratada nas páginas didáticas, mostrar que elas são protagonistas em movimentos de resistência e de luta pela reconstituição da democracia no Brasil.

Hodiernamente, o cenário tem sido marcado pelo crescimento de discursos negacionistas, com tentativas sistemáticas de reinterpretação do passado sobre o período do regime ditatorial. A ascensão de discursos autoritários, por vezes legitimados em espaços institucionais e midiáticos, evidencia a urgência de discutir-se o papel da Educação Básica na formação de sujeitos históricos capazes de valorizar e defender os processos democráticos (Pinsky, 2021). Os espaços escolares têm sido invadidos por essas ondas à medida em que os jovens se apropriam de narrativas revisionistas para atenuar o período de exceção para atenuar o período de exceção, culpabilizar ou individualizar atores políticos ou segmentos sociais específicos para legitimar agressões do Estado, ao longo de mais de duas décadas de violações dos Direitos Humanos.

A defesa da democracia, nesse sentido, alcança o campo educativo. Ensinar a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), problematizando as múltiplas formas de opressão e resistência, significa contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer no passado lições fundamentais para o presente (Rüsen, 2001). A incorporação das mulheres nessa narrativa histórica, que é acessada pelo grande

público estudantil, é condição para que haja uma pedagogia comprometida com o direito à memória.

O cinema possui um potencial singular para o ensino de História, ao colocar em cena sujeitos plurais — mulheres, negros, indígenas, trabalhadores, pessoas LGBTQIA+ — cuja atuação é, por vezes, invisibilizada nas narrativas escolares tradicionais. Considerando que os alunos representam hoje um público que nasce em uma cultura visual e que acompanha as mudanças por meio das informações advindas do ciberespaço (Veen; Wracking, 2009), dialogar com o repertório audiovisual garante uma abordagem de diversos personagens ao mesmo tempo em que pode conduzir para uma percepção mais ampla dos fatos e fenômenos históricos.

Ao tratar-se do Ensino Médio, um novo desafio pedagógico é garantir o ensino de história em currículos cada vez mais enxutos e instrumentais, com menor carga-horária para ampliar a abordagem do conteúdo previsto para o componente curricular de História. Assim, o *frame*, como recurso cinematográfico, constitui uma estratégia eficiente para superar os entraves e limitações expostos, pois se trata de uma sequência de imagens das cenas, contendo personagens de filmes e suas respectivas falas e discursos devidamente enquadrados, com potencial para ressignificar o filme por meio de imagens estáticas. Ele possibilita, inclusive, a impressão do recorte como material infográfico.

A Figura 1 exemplifica a construção do *frame* a partir do filme Zuzu Angel (2006), reunindo imagens e falas selecionadas que possibilitam a problematização histórica por meio de cenas estáticas, favorecendo sua utilização em aulas com tempo reduzido para a exibição integral de filmes.

Figura 1- Frame cinematográfico do filme *Zuzu Angel* (2006).



Fonte: Mota (2025, p. 106).

Outrossim, ao ser aplicado nas aulas sobre a Ditadura Cívico-Militar (1964-1985), o *frame* revelou-se metodologia eficaz para mitigar tanto a falta de recursos institucionais para o uso de filmes (TV, aparelho de som) quanto para adequar o trabalho pedagógico ao reduzido tempo das aulas, uma vez que a exibição integral dos filmes nem sempre seria viável no contexto escolar. Além disso, atuou na supressão da lacuna epistemológica, identificada na análise dos livros didáticos sobre a participação feminina no período da repressão política, como apontaremos adiante. Ademais, o uso do *frame* propiciou debates acerca de atores históricos preteridos e problematização do silenciamento produzido sobre as ausências, sobremaneira das mulheres como personagens destacadas da resistência à repressão e cassação dos direitos civis e políticos.

Como metodologia principal, utilizou-se a pesquisa documental com seleção e análise de catorze coleções didáticas da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, inseridas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2021 e voltadas ao Ensino Médio. Para organizar a análise, adotou-se o referencial teórico da semiótica

desenvolvido por Greimas e Fontanille (1992). A semiótica possibilita compreender a produção de signos e de sentido em textos de natureza verbal, visual ou multimodal, objetivando avaliar a extensão e o tipo de inserção das mulheres nos conteúdos relacionados à Ditadura Civil-Militar. Dessa etapa, os dados quantitativos e qualitativos demonstraram que, em sua maioria, as narrativas validadas pelo Estado persistem em promover o silenciamento e a sub-representação das mulheres. Além disso, os resultados apresentados mais adiante, demonstraram a necessidade de alternativas didáticas diversas, que como o *frame*, assumem um papel pedagógico estratégico, funcionando como material didático para análise crítica da narrativa historiográfica.

A etapa da pesquisa bibliográfica almejou a compreensão acerca dos múltiplos ativismos femininos em distintas posições sociais durante o regime, designadamente aquelas que atuaram na linha de frente pela redemocratização do país. A partir disso, o livro *A Torre: O Cotidiano de Mulheres Encarceradas pela Ditadura*, cuja autoria é de Luiza Villaméa, lançado em 2023, destacou-se por divulgar em formato de romance, o protagonismo de diversas mulheres no ativismo político de luta pela democracia em várias vertentes. Dessa obra, extraíram-se excertos que foram vinculados aos *frames*, enquanto fotos das cenas, com a finalidade de validar cientificamente o produto cinematográfico com memórias advindas de mulheres reais. Em paralelo, cenas dos filmes *Zuzu Angel* (2006) e *Marighela* (2019) foram identificadas como capazes de compor a abordagem visual que dá visibilidade e voz ao papel da mulher, como personagem protagonista no contexto da ditadura brasileira.

Com a intervenção sobre as cenas (Ferro, 1992), destacou-se a figura feminina de diversas mulheres como defensoras de ideias democráticas e/ou de denúncia à repressão, que destoavam dos ditames vigentes, sob uma perspectiva de gênero. Identificou-se no filme *Zuzu Angel* (2006), por exemplo, mulher que sofreu com a perda de filho e sua luta pelo seu direito de encontrar e velar seu ente amado. No livro com memórias reais, a história de Ilda articula-se com a ficção, pois seu esposo seria o primeiro caso de desaparecido político. Há ainda o caso da costureira Tercina que tivera quatro de seus netos presos na conjuntura de seu próprio encarceramento e, em sua soltura, com bravura exigia que todos os quatro fossem libertos juntos com ela. Ainda em diálogo com as cenas do longa metragem, a obra conta o relato de Duddu, uma mãe que não sabia que seu filho era integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e que ele visitava uma prisioneira da Torre chamada Guiomar (Villaméa, 2023).

As imagens constituem amostras distintas de experiências e corpos daquelas que não se curvaram diante da repressão estatal e que ganham rostos ao serem vinculadas a quadros de cenas ficcionais. As histórias dessas mulheres passaram a ser referenciadas com a confecção do *frame*, que contou com o uso do aplicativo *Canva* como ferramenta de edição, devido à praticidade na aplicação de recursos visuais e textuais para criar gráficos em geral. O *frame* cinematográfico, aplicado em contexto educacional, permitiu que os estudantes examinassem como sujeitas mulheres, eventos e relações

sociais são retratados. Ao conjugar linguagem visual, estética e análise histórica, o recurso ampliou a compreensão do fenômeno socio-histórico da Ditadura Civil-Militar no Brasil, permitindo interpretações mais densas e fiéis à complexidade do período.

Com isso, a proposta busca favorecer a construção de sentidos sobre o passado por meio da análise crítica das narrativas e das relações entre memória, gênero e violência de Estado. Para Jörn Rüsen (2011), a aprendizagem histórica relaciona-se à capacidade de atribuir sentido temporal às experiências humanas, articulando passado, presente e futuro. Nessa direção, Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018) defende que o ensino deve possibilitar a problematização das experiências sociais e das memórias presentes na sociedade. Selva Guimarães (2012) ressalta a relevância de práticas didáticas voltadas à autonomia intelectual e à formação cidadã. Nesse contexto, o *frame* contribui para a ampliação da consciência histórica dos estudantes ao incentivar a análise de diferentes linguagens e a reflexão sobre sujeitos historicamente silenciados, aproximando o debate historiográfico das práticas pedagógicas contemporâneas.

A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) nos livros didáticos para o Ensino Médio: limites da memória e avanço do revisionismo

O ensino da Ditadura Civil-Militar brasileira permanece como um dos pontos mais sensíveis no currículo escolar. Espera-se que os livros didáticos, principal recurso de mediação do conhecimento histórico na Educação Básica, sejam capazes de explicitar a densidade das violências cometidas contra os direitos humanos e de reconhecer a multiplicidade de atores sociais envolvidos no período. Contudo, estudos anteriores (Rocha, 2014; Balestra, 2015) indicaram que a literatura escolar frequentemente privilegia uma narrativa linear e simplificada, que reduz a ditadura a alguns episódios-chave (como o AI-5, o “milagre econômico” e a tortura) e a apresenta como uma etapa já superada, afastada da realidade contemporânea.

Essa simplificação revela limites estruturais. Os manuais tendem a marginalizar aspectos centrais, como a participação de atores civis — empresários, grandes veículos de comunicação e setores das elites políticas — na sustentação do regime, além de negligenciar a pluralidade das resistências. A preferência por protagonistas militares contribui para consolidar uma memória seletiva, que, em lugar de tensionar as contradições do período, produz um distanciamento emocional entre estudantes e o trauma histórico. Tal abordagem reforça o fosso entre o saber acadêmico, que há décadas vem destacando a complexidade das redes de poder e resistência, e o saber escolar, ainda ancorado em narrativas mais tradicionais (Carvalho Filho, 2012).

Nesse cenário, a crítica central incide sobre a invisibilidade de sujeitos dissidentes e de grupos historicamente marginalizados. A ausência de representações de mulheres-protagonistas de múltiplas formas de resistência limita a formação da consciência

histórica, pois priva os alunos da possibilidade de compreender a ditadura como um fenômeno social amplo e multifacetado. Conforme Pereira (2018), a manutenção de uma episteme racista e sexista nas narrativas escolares não apenas silencia memórias, mas também reproduz hierarquias de exclusão que atravessam a própria constituição da sociedade brasileira.

Concomitantemente, pesquisas comparativas revelam como esse silenciamento tem consequências diretas na formação política das novas gerações. Cerri e Duarte (2012) demonstram que jovens brasileiros apresentam rejeição relativamente fraca à ditadura, em contraste com argentinos e uruguaios, cujas sociedades investiram mais intensamente na construção de memórias coletivas críticas em relação ao autoritarismo. A permanência de avaliações positivas sobre o período entre estudantes brasileiros sugere que a forma como a ditadura é apresentada nos manuais escolares influencia a percepção pública acerca da legitimidade da democracia.

Os livros didáticos, enquanto materialização do currículo e agentes de memória coletiva, exercem papel central na construção de representações históricas (Chartier, 1990; Nora, 1992). No entanto, quando limitam-se a uma abordagem factual e pouco plural sobre o regime de exceção brasileiro, podem corroborar para a consolidação de narrativas superficiais que pouco contribuem para a formação crítica dos estudantes. Sardinha, Silva e Reis (2022) destacam que o currículo e seus instrumentos são produtos de disputas de poder, por isso a escolha por silenciamentos ou simplificações não é neutra, mas fruto de operações políticas e epistemológicas.

Balestra (2015) argumenta que o ensino de História, ao evitar polêmicas ligadas ao passado recente, como a ditadura, reforça a ideia de que esse tema ainda não estaria “maduro” para ser ensinado. Essa postura, aliada à limitação dos manuais escolares, perpetua uma distância entre escola e debates sociais contemporâneos. Cavalcanti (2020), por sua vez, reforça que a ausência de diversidade narrativa no ensino interfere diretamente na forma como crianças e jovens constroem sua visão de si mesmos e da sociedade.

Esse terreno de lacunas abriu espaço para ondas negacionistas e revisionistas, que buscam distorcer ou relativizar violações de direitos humanos durante o regime (Pinsky, 2021). Enquanto o negacionismo nega evidências documentadas, o revisionismo, quando instrumentalizado de forma ideológica, converte-se em justificativa para práticas autoritárias. Menezes (2019) destaca que, no contexto de polarização política recente, a memória da ditadura tornou-se objeto de intensas disputas na esfera pública, especialmente através das mídias digitais.

A circulação de uma “historiografia midiática” (Menezes, 2019) fortaleceu esse processo, pois conteúdos simplificados em redes sociais passaram a competir com a historiografia científica, atingindo milhões de pessoas em formatos de fácil consumo. Nesse cenário, grupos negacionistas apropriam-se da linguagem midiática para romantizar o

regime e fragilizar a legitimidade da produção acadêmica. Ferreira (2016) assevera que esse embate se intensificou após o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/2011, durante o governo da então presidente Dilma Rousseff. Para a autora, a CNV deu visibilidade a vozes antes silenciadas, provocando reação de setores que buscam manter uma memória autoritária.

Diante disso, Barbosa e Silva (2020) alertam que o distanciamento entre a produção científica e o ensino básico, mediado por livros didáticos limitados, alimenta o terreno para o revisionismo. Ao não aprofundar a complexidade da ditadura, o ensino escolar impede que os alunos desenvolvam ferramentas críticas para resistir a discursos autoritários formulados a partir de táticas midiáticas. Como afirmam Silva e Camilo (2021), democratizar o acesso à memória e às múltiplas experiências do período é condição fundamental para que a escola se constitua em um espaço privilegiado de enfrentamento ao negacionismo, formando cidadãos capazes de defender o Estado democrático.

Dessa maneira, analisar os livros didáticos atuais constitui um passo decisivo para compreender como o regime é representado no espaço escolar e de que modo certas memórias são cristalizadas em detrimento de outras. O PNLD 2021, que marcou a implementação do Novo Ensino Médio, trouxe consigo mudanças significativas na organização curricular e na formatação das coleções, que passaram a reunir em um único volume conteúdos antes distribuídos entre História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Esse novo modelo resultou na diminuição do espaço destinado à disciplina de História e, conseqüentemente, na condensação das narrativas sobre o período ditatorial.

Foi a partir desse contexto que a presente pesquisa examinou as 14 coleções aprovadas para o Ensino Médio, totalizando 84 volumes. O foco recaiu sobre o texto central, principal referência para professores e estudantes, a fim de identificar a forma como os livros representam os atores históricos, com especial atenção à presença ou ausência de mulheres nas narrativas sobre a Ditadura Civil-Militar. A análise, orientada pelos aportes teóricos da representação (Chartier, 1990) e da semiótica (Greimas; Fontanille, 1992), permitiu avaliar a frequência de menções, o modo como as figuras femininas foram simbolicamente construídas, seus papéis atribuídos e os silenciamentos persistentes.

Os dados levantados (apresentados na seção seguinte), confirmam as tendências de silenciamento e marginalização apontadas pela literatura. Embora algumas coleções avancem na inclusão de personagens femininas, a maioria mantém uma narrativa centrada em protagonistas masculinos, relegando às mulheres papéis secundários ou meramente ilustrativos. Essa constatação reforça a necessidade de problematizar os limites dos manuais escolares e de propor alternativas didáticas capazes de integrar sujeitos historicamente invisibilizados, contribuindo para uma memória coletiva mais plural e democrática.

Os múltiplos protagonismos femininos *versus* o silenciamento das narrativas didáticas: resultados da análise dos livros que participaram do PNLD 2021

A historiografia sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil tem privilegiado majoritariamente perspectivas masculinas, centradas em militares, líderes políticos e militantes armados. Esse viés gera o apagamento sistemático das contribuições das mulheres, que acabam narrando a história do outro como se fosse a sua. Joan Scott (1995) assevera que reconhecer a importância das mulheres na história exige romper com definições tradicionais do que é considerado relevante no passado, ampliando o escopo epistêmico. O silenciamento das vozes femininas decorre de estruturas de poder que relegaram a elas apenas o espaço privado. Michele Perrot (2007, p. 17) afirma que “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo”. Assim, o apagamento não é apenas casual, mas parte de uma lógica que associa a invisibilidade feminina à manutenção da ordem social.

A centralidade masculina construiu a mulher como “o outro” (Beauvoir, 1980). Sem autonomia e submetida à validação patriarcal, nos livros didáticos do Ensino Médio que atendem ao grande coletivo de estudantes das escolas públicas no Brasil, segue validado uma postura feminina como vítima da Ditadura Civil-Militar no Brasil que aguarda por sua salvação. As páginas didáticas analisadas insistem em exibir corpos femininos sofrendo agressão física que, até mesmo na condição de vítimas, são secundarizados em posições que clamam pela ajuda de protagonistas masculinos. Sua presença é citada ou enquadrada nas fotografias que compõem a narrativa dos livros didáticos, legitimada pelo sujeito político no exercício de seu papel de gênero em uma sociedade patriarcal. Ele é o relevante naquela história, enquanto ela apenas existiu ali (Mota, 2025).

No entanto, pesquisas acadêmicas recentes e a recorrência do objeto de averiguação, que centralizam a mulher como protagonistas de sua trajetória na historiografia da ditadura têm apontado para a forte atuação feminina em múltiplos fronts políticos pela redemocratização do país. Elas participaram tanto da resistência democrática quanto de organizações armadas, líderes de movimentos sindicais e articuladoras de greves e integrantes de redes de apoio clandestino (Cooling, 2015; Teles, 2014; Rovai, 2013). Dotadas de múltiplas habilidades, desempenhavam papéis estratégicos ao se infiltrar em órgãos governamentais e militares, buscando obter dados essenciais para as ações de resistência. Por meio dessas atividades de inteligência, conseguiam repassar informações decisivas acerca dos planos e deslocamentos das forças repressivas (Rovai, 2013).

A multiplicidade de protagonismos femininos também expressou-se em ambiguidades. Enquanto muitas lutavam contra o autoritarismo, outras apoiaram o regime, a



exemplo da “Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade” e da Campanha da Mulher pela Democracia (Cordeiro, 2009). Tal heterogeneidade demonstra que as mulheres não formaram um bloco homogêneo, mas vivenciaram o período sob diferentes perspectivas sociais, políticas e ideológicas. Ao mesmo tempo, a repressão reforçou estereótipos que buscavam deslegitimar sua participação política, apresentando-as como esposas ou amantes de militantes, ou ainda como mulheres manipuladas (Rovai, 2013). Essa narrativa visava desqualificar sua autonomia e reafirmar a necessidade de tutela masculina. Contudo, mesmo sob intensa violência, incluindo torturas sexuais e abortos forçados, as mulheres resistiram e se articularam em diferentes frentes, denunciando violações e sustentando a luta democrática (Colling, 2015).

A partir dos anos 1970, intensificou-se a atuação de mulheres em movimentos sociais e trabalhistas. Greves lideradas por operárias, jornais feministas e a organização de comitês pela Anistia projetaram novas formas de resistência. Conforme Alves (2021), essas lutas perpassavam o combate contra a ditadura, alcançando exigências em prol da emancipação feminina. Esse processo culminou na participação ativa em mobilizações pela Anistia e pelas Diretas-Já, demonstrando a força catalisadora das mulheres na redemocratização do país. Tantos embates por elas deflagrados explicitam que revisitar a Ditadura Civil-Militar sob a ótica feminina significa ressignificar a memória coletiva. Trata-se de incluir narrativas plurais que superem a história tradicional, marcada pela centralidade masculina, e reconhecer as mulheres como protagonistas múltiplas sejam elas guerrilheiras, militantes, trabalhadoras, mães ou lideranças, cuja coragem desafiou tanto o regime autoritário quanto as estruturas patriarcais.

Embora a participação das mulheres na resistência à Ditadura Civil-Militar tenha sido decisiva para os processos de mobilização política e redemocratização do país, tais trajetórias nem sempre são incorporadas de forma ampla pelas narrativas escolares. A permanência de abordagens centradas em personagens masculinos evidencia disputas em torno da memória histórica e demonstra como determinados sujeitos continuam sendo invisibilizados no ensino de História. Nesse contexto, os livros didáticos assumem papel central na legitimação de memórias coletivas e na formação da consciência histórica dos estudantes (Rüsen, 2011).

A vigilância sobre a produção e distribuição dos livros didáticos representa uma tarefa para a construção de uma educação histórica crítica e comprometida com a democracia. Deve ir além do aspecto técnico e abranger também o conteúdo político e pedagógico. Como aponta Bittencourt (2018), o livro didático é o principal mediador entre o conhecimento acadêmico e o universo escolar, sendo responsável por sistematizar conteúdos que chegam ao grande público estudantil atendido pelas escolas da rede estatal. Dessa forma, o controle sobre sua qualidade e sobre a pluralidade de vozes nele representadas é um mecanismo indispensável para impedir que narrativas seletivas, reducionistas ou enviesadas divulgadas em redes sociais consolidem-se como verdades históricas. Garantir a integridade desses materiais significa, portanto,



assegurar que a memória coletiva não seja distorcida ou apagada, abrindo espaço para uma formação cidadã.

Os livros didáticos podem destacar-se como repositórios de memória, marcando valores e visões de mundo de uma época (Nora, 1992). Se as obras distribuídas às escolas desconsideram sujeitos historicamente marginalizados ou suavizam a violência de regimes autoritários, elas contribuem para a manutenção de lacunas epistemológicas e para o enfraquecimento da consciência democrática. Assim, é urgente que a seleção e avaliação desses materiais contemplem múltiplas narrativas, possibilitando que os alunos tenham acesso a uma versão mais ampla e crítica do passado, reduzindo o espaço para que práticas negacionistas ou revisionistas, deslocadas de fundamentos científicos, ganhem legitimidade.

Focando nesta preocupação, a pesquisa abrangeu as 14 coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovadas pelo PNLD 2021, destinadas ao Novo Ensino Médio após a reforma curricular instituída pela Lei nº 13.415/2017. No total, 84 volumes foram examinados, com ênfase no texto central, parte mais consultada por docentes e estudantes, por ser nele que a narrativa didática se estrutura e ganha legitimidade pedagógica (Rocha, 2014).

Os resultados evidenciam um forte viés de gênero na representação do período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Em todos os exemplares, os protagonistas masculinos dominam o enredo — militares, presidentes, jornalistas e líderes políticos. Já as mulheres aparecem em apenas 71,43% das coleções (10 coleções), sendo que em 28,57% não houve qualquer menção ou representação de figuras femininas, resultando em um apagamento absoluto (4 acervos: Multiverso e Prisma, ambos da Editora FTD; Diálogo, da Editora Moderna; Contexto & Ação, da Editora Scipione). Nas coleções em que as mulheres foram incluídas, a presença mostrou-se frequentemente residual e periférica.

Dos 10 exemplares com presença de personagens femininas, 8 obras abordam essa presença em um padrão de anonimato simbólico (Conexão Mundo e Interação, ambos da Editora do Brasil; Ser Protagonista, da Editora SM; Palavras, da Editora Palavras, Diálogos, Editora Ática; Humanitas, da Editora Saraiva; Moderna Plus e Conexões, da Editora Moderna). Fotografias que registravam manifestações ou eventos políticos frequentemente nomeavam personagens masculinos, enquanto as mulheres presentes nas imagens permaneciam sem identificação. “A normatividade centraliza o foco no homem promovendo-o ao patamar de sujeito universal, em uma relação de poder que submete a mulher a papéis de passividade, como persona desprovido de autonomia” (Mota, 2025). Houve ausência quase total de referências à repressão de gênero, às formas específicas de violência sexual e psicológica sofridas pelas mulheres e à sua centralidade nos movimentos pela Anistia e pela redemocratização.



De acordo com Foucault (1999), o exercício do poder se manifesta em uma lógica que articula inclusão e exclusão. A exclusão mantém o sentido direto de afastamento ou rejeição. Já a inclusão, ao contrário, não significa eliminar, mas sim estabelecer formas de presença controlada, fixada e monitorada. Trata-se, portanto, não de expulsar, mas de integrar sob vigilância e enquadramento (Foucault, 1999, apud Pinto, 2010). Esse recurso visual reforça a ideia de uma participação secundária, sugerindo que suas presenças não merecem destaque nominal, reproduzindo imagens de fragilidade, domesticidade ou apoio secundário à luta masculina.

Assim, o poder opera na construção social da visibilidade. As mulheres presentes nas fotografias, embora incluídas no registro visual, permanecem “invisíveis” ou anonimizadas, enquanto os homens são nomeados e destacados. Isso revela uma forma de inclusão hierarquizada, em que elas são reconhecidas apenas como parte do cenário, mas não como sujeitos históricos plenos, sem que sua presença tenha autonomia narrativa. Não se trata de expulsá-las do registro, mas de incorporá-las de maneira controlada, negando-lhes protagonismo e consolidando relações de poder que privilegiam os homens na construção da memória histórica.

Ênfases foram concedidas a cantoras como Elis Regina, Maysa e Maria Bethânia, contudo, sem explorar outras militantes políticas ou lideranças sociais que também marcaram o período e que não se vinculavam à esfera da elite musical. “Essa inclusão de nomes femininos desde que sejam conhecidas não é um sinônimo de emancipação, mas sim uma estratégia para capturar, governar e reforçar o discurso de poder” (Mota, 2025, p. 67). A inclusão, aparentemente positiva, pode funcionar como uma concessão estratégica, mantendo intactas as estruturas que continuam a definir, regular e restringir a presença feminina.

Apenas duas coleções (14,28%) — *Identidade em Ação* e *Módulos* — trouxeram uma abordagem mais consistente da atuação feminina, reconhecendo mulheres em contextos de militância estudantil, participação em movimentos sociais, atuação sindical e até mesmo em ações armadas de resistência. Mesmo nesses casos, porém, a narrativa permaneceu limitada, sem aprofundar trajetórias individuais ou destacar a pluralidade de experiências. Esse conjunto de dados confirma que os livros didáticos analisados reproduzem e legitimam uma memória coletiva patriarcal, restringindo a complexidade histórica e invisibilizando sujeitos plurais. Como destaca Chartier (1990), a representação é um processo de seleção que molda identidades e hierarquias simbólicas; nesse caso, a escolha por privilegiar protagonistas masculinos perpetua desigualdades de gênero e compromete o papel formativo do ensino de História em sua dimensão crítica.

O PNLD, embora se apresente como política pública de democratização do acesso a materiais pedagógicos, opera em ciclos de três anos que acabam por cristalizar desigualdades na representação histórica. Nesse intervalo, estudantes da rede pública continuam em contato com livros que frequentemente reforçam o apagamento das



mulheres, ainda que o letramento do corpo docente possibilite inferências críticas acerca do que está presente — e ausente — no livro didático. Dessarte, o ensino de História pode funcionar como mecanismo de exclusão, reiterando o “cale-se” imposto às vozes femininas, mesmo quando suas experiências estão registradas em memórias e pesquisas acadêmicas consistentes.

O *frame* cinematográfico para o enfrentamento do “cale-se” de mulheres no ensino da história da Ditadura Cívico-Militar brasileira (1964-1985)

Conforme exposto nos resultados de nossa pesquisa quali-quantitativa apresentada anteriormente, quando o foco é o Ensino Médio das redes estatais, os dados levantados evidenciam que o ensino de História, quando restrito aos livros didáticos, tende a reproduzir narrativas hegemônicas que silenciam ou relegam a segundo plano a atuação das mulheres durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Contudo, faz-se urgente subverter essa lógica. Assim, o uso do cinema em sala de aula revela-se uma prática pedagógica potente, sobretudo porque os estudantes pertencem a uma geração imersa na cultura visual e habituada ao consumo de produtos audiovisuais (Pereira Pinto, 2018).

Nesse contexto, Marc Ferro (1995) defende que os filmes podem servir como contra-análise da sociedade, uma vez que, ainda que não abordem diretamente um tema, revelam contradições ligadas à desigualdade, exclusão e poder. Assim, o cinema possibilita a emergência de experiências femininas invisibilizadas na historiografia, constituindo-se como um recurso que humaniza o passado e fortalece práticas de ensino críticas e inclusivas. Por outro lado, Ferro (1995) e Kornis (1992) alertam para a natureza mercadológica e ideológica do cinema, que carrega intencionalidades e manipulações inerentes à sua produção. Portanto, sua utilização na educação deve ser trabalhada de maneira consistente para evitar que as cenas reforcem estereótipos ou reproduzam desigualdades. Para evitar esse risco, o docente precisa utilizar a linguagem cinematográfica como meio de análise e desconstrução, e não como simples ilustração.

Nesse ponto, o conceito de *frame* ganha relevância. Para Arthur Gibson Pereira Pinto (2018), os *frames* funcionam como guias visuais que compilam personagens, lugares e histórias, estimulando o engajamento crítico do público. Transferidos ao espaço escolar, permitem aos estudantes a análise de representações e identificação de vieses, aproximando-os de uma leitura mais complexa da história. Ao transformar cenas em material impresso, o recurso amplia sua aplicabilidade em escolas sem acesso a aparatos tecnológicos, democratizando o uso pedagógico do cinema.

O *frame* é um conceito originário da linguagem cinematográfica que designa o quadro estático extraído de uma sequência de imagens em movimento. Na prática, corresponde a uma única fotografia que, quando justaposta a outras em ritmo

acelerado, compõe a ilusão de movimento do cinema (Pereira Pinto, 2018). Entretanto, ao ser isolado, o *frame* ganha autonomia e possibilita a averiguação detalhada dos elementos visuais que o compõem — enquadramento, iluminação, cor, perspectiva e disposição espacial dos personagens.

Ao congelar uma imagem e isolá-la do fluxo narrativo, o *frame* torna-se um instrumento que permite ao professor destacar elementos simbólicos que remetem à luta política e à resistência de mulheres no contexto do regime de exceção. Rompe-se com o silenciamento reproduzido pelos livros didáticos e amplia-se o horizonte da formação cidadã, fortalecendo o compromisso com a democracia e com a diversidade de experiências humanas que compõem o tecido social. Dessa forma, a prática pedagógica pautada no *frame* não se limita ao consumo do filme em si, mas se converte em um exercício de problematização e reconstrução da memória histórica a partir de uma perspectiva inclusiva.

Por fim, o *frame* cinematográfico atua como um contradispositivo ao silenciamento das mulheres, permitindo que os rostos e as vozes femininas ocupem o espaço da memória histórica (Perrot, 2007). Ao mesmo tempo, aproxima professores e estudantes em torno de práticas inovadoras, que articulam imagens, narrativas e sensibilidades. Nesse processo, a sétima arte se torna aliada do ensino de História ao ampliar horizontes críticos, valorizar o ativismo feminino e tensionar os limites das narrativas didáticas tradicionais, notadamente no que diz respeito à Ditadura.

Procedimentos de construção do *frame* cinematográfico

A construção do *frame* cinematográfico ocorreu em etapas articuladas entre seleção fílmica, recorte de cenas, organização visual e vinculação com referenciais historiográficos. Inicialmente, foram definidos como corpus de análise os longas-metragens Zuzu Angel (2006), de Sergio Rezende, e Marighella (2019), dirigido por Wagner Moura, por apresentarem representações de personagens femininas em contextos relacionados à Ditadura Civil-Militar. O critério de seleção priorizou cenas nas quais mulheres ocupassem posições de protagonismo ou expressassem experiências de resistência e enfrentamento ao regime autoritário.

Após a seleção, foram extraídos *frames* estáticos das sequências fílmicas, de modo a isolar imagens significativas que favorecessem a análise e discussão em sala de aula. Esses quadros foram organizados em um guia visual, acompanhado de legendas e infográficos inspirados na estética cinematográfica. A diagramação foi realizada em ambiente digital, com recursos do aplicativo *Canva*, que possibilitou colagem de imagens, inserção de falas e destaques gráficos que reforçaram a legibilidade do material. A opção por estruturar cinco *frames* por página seguiu a preocupação em manter a coesão com o roteiro fílmico original, sem comprometer a clareza pedagógica.



Na sequência, estabeleceu-se a interlocução entre cinema e pesquisa histórica por meio da integração de excertos da obra *A Torre: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura* (Villaméa, 2023). Os trechos selecionados enfatizaram narrativas femininas diversas, abrangendo posicionamentos políticos, trajetórias sociais e experiências múltiplas no período da repressão. Esses fragmentos foram destacados no guia em fonte vermelha, sinalizando o vínculo entre o registro histórico e as representações audiovisuais. Tal procedimento permitiu consolidar o *frame* como ferramenta metodológica, articulando saber científico e prática pedagógica em torno da história das mulheres na ditadura.

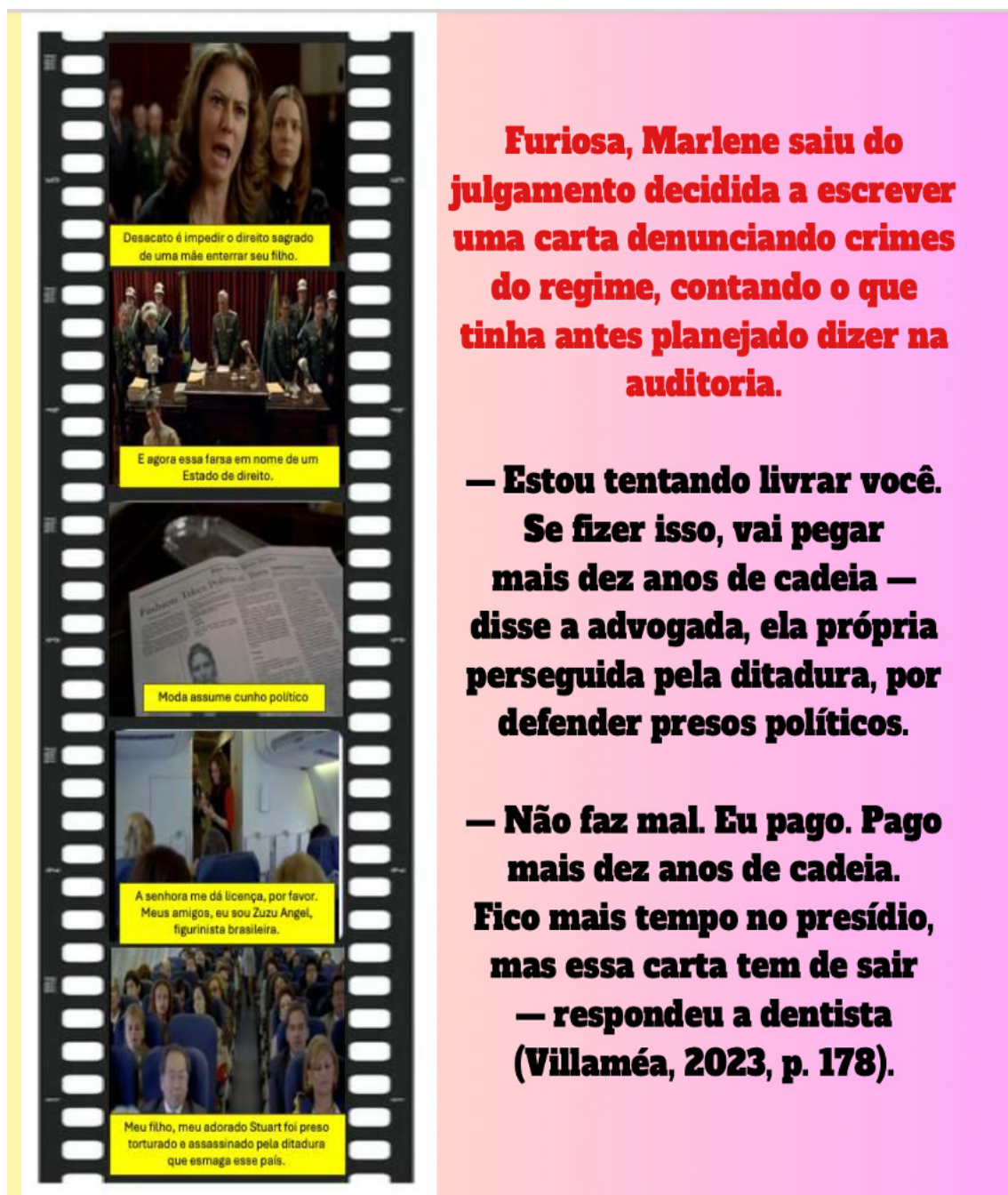
Por fim, o material elaborado assumiu a forma de guia impresso, visando à sua aplicabilidade em diferentes contextos escolares, independentemente de limitações tecnológicas. Essa estratégia metodológica possibilitou aproximar docentes e discentes de experiências históricas silenciadas nos livros didáticos, utilizando o cinema como recurso de leitura crítica e como meio de enfrentamento aos silenciamentos na memória coletiva cunhada nas páginas dos livros didáticos que participaram da seleção do PNLD na edição de 2021 para atender o Ensino Médio.

Com vistas a evidenciar de maneira mais consistente o percurso metodológico e o produto educacional resultante desta investigação, apresentam-se a seguir alguns *frames* concebidos no âmbito da dissertação no Mestrado Profissional em Ensino de História, de modo a ilustrar sua aplicabilidade pedagógica.

A figura 2 apresenta o primeiro *frame*, a intenção didática consistiu em vincular a bravura das personagens femininas representadas, evidenciando a coragem como elemento central de suas trajetórias. A postura da personagem Zuzu Angel, retratada no filme lançado em 2006, ilustra a ruptura com a bolha de comodidade social ao decidir expor publicamente as perseguições promovidas pelo Estado, transformando sua dor pessoal em ato político. Em paralelo, as memórias de Marlene, uma das entrevistadas pela pesquisadora e escritora Luiza Villaméa (2023), revelam a determinação de uma mulher que, mesmo ciente de que a denúncia dos crimes perpetrados pelo regime poderia resultar no prolongamento de sua pena, não hesitou em fazê-lo, assumindo o risco como forma de resistência. Dessa forma, o *frame* articula experiências individuais distintas em torno de um eixo comum: a coragem de enfrentar a repressão e de afirmar sua voz contra o silenciamento imposto pela ditadura.



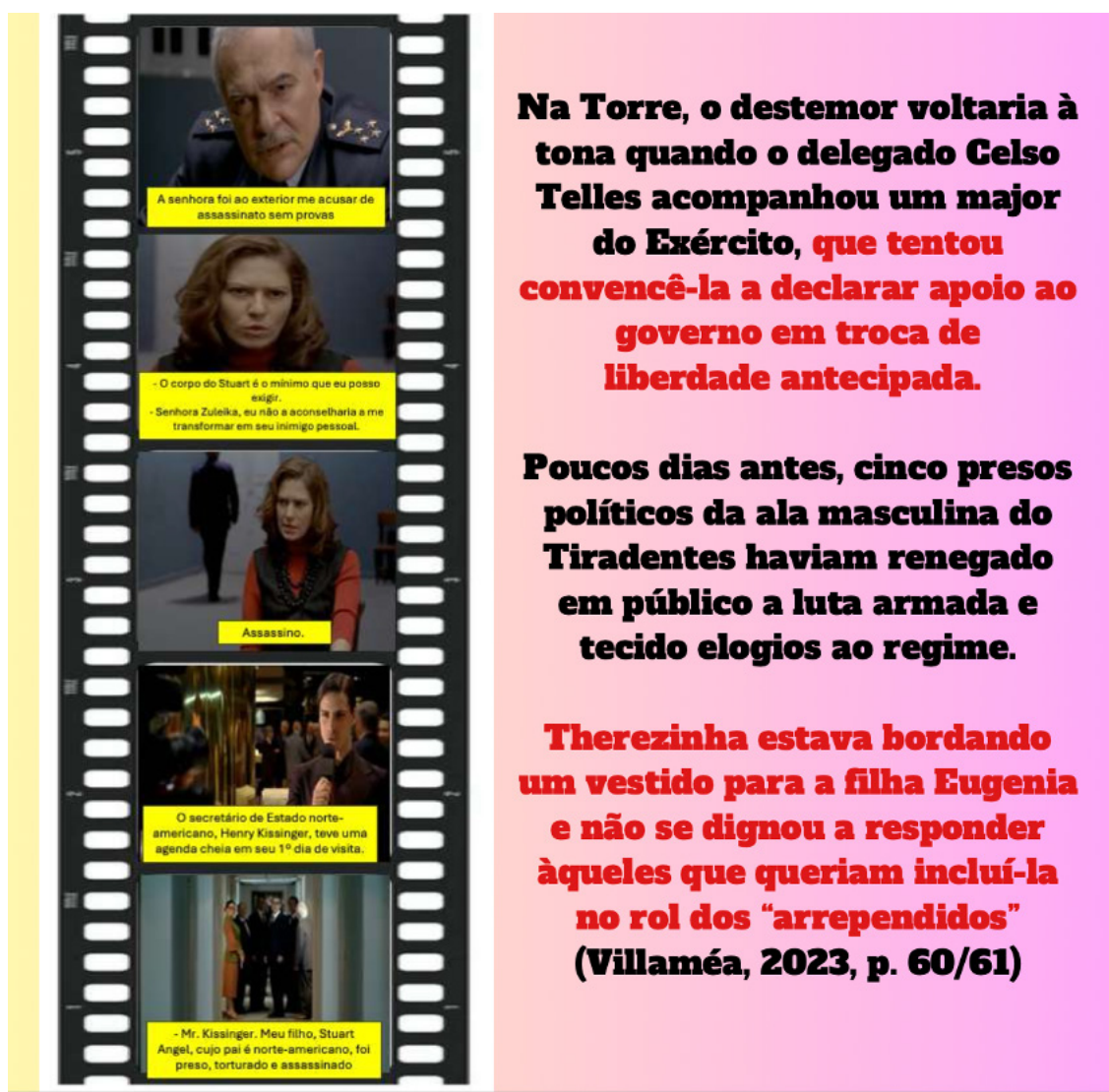
Figura 2 - Frame cinematográfico do filme *Zuzu Angel* (2006) em articulação com excertos do livro *A Torre: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura* (Villaméa, 2023).



Fonte: Mota (2025, p. 110).

A Figura 3 demonstra o *frame* construído com o diálogo entre as cenas selecionadas permite evidenciar como a resistência feminina assumiu múltiplas formas no contexto da repressão. Na narrativa fílmica, observa-se a personagem fictícia que, mesmo diante da tentativa de intimidação por parte de um general, recusa-se a ceder ao medo e, em gesto de ousadia, busca apoio internacional ao denunciar os crimes da ditadura a políticos norte-americanos. Esse enredo se articula, de maneira significativa, com a postura histórica de Therezinha Zerbini, que, ao receber a proposta de declarar apoio ao governo em troca de sua liberdade, recusou-se a negociar seus princípios (Villaméa, 2023).

Figura 3 - *Frame* cinematográfico do filme *Zuzu Angel* (2006) em articulação com excertos do livro *A Torre: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura* (Villaméa, 2023).



Fonte: Mota (2025, p. 112).

Tal atitude, contrária ao esperado pelos repressores, reafirmou sua integridade política e sua disposição de manter-se fiel ao compromisso com a democracia. Assim, tanto a representação ficcional quanto a experiência real convergem no registro de uma coragem intransigente, que desafia o autoritarismo e sustenta a memória das mulheres como protagonistas da resistência ao regime.

A Figura 4 problematiza a resistência à Ditadura Civil-Militar a partir de sua dimensão humana, evidenciando os sentimentos de dor e sofrimento provocados pela violência estatal sobre as personagens femininas representadas.

Figura 4 - Frame cinematográfico do filme *Marighela* (2019) em articulação com excertos do livro *A Torre: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura* (Villaméa, 2023).

No primeiro momento, o que mais doía era o membro esquerdo, por causa de uma luxação que comprimia a artéria. "É uma dor insuportável porque provoca isquemia", explica Guiomar, referindo-se à falta de irrigação sanguínea por obstrução. Levada de novo ao Ponto-Socorro, o mesmo médico que a chamara de terrorista adotou uma postura similar à dos toturadores: "Não vou botar o seu braço no lugar. Vai isquemizar" (Villaméa, 2023, p. 185).



Fonte: Mota (2025, p.118).

Retirado do filme *Marighella* (2019), o *frame* anterior articula a rede de apoio fundamental para que a resistência pudesse burlar os mecanismos de repressão estatal, colocando em evidência a solidariedade como estratégia de sobrevivência política. Esse recurso dialoga com as memórias de Guiomar, que, ao buscar atendimento médico na rede pública, deparou-se com a postura hostil de um profissional que reproduzia comportamentos análogos aos de um torturador, revelando sua desaprovação à resistência democrática (Villaméa, 2023). Assim, o contraste entre a rede de apoio solidária e a presença de agentes alinhados ao autoritarismo ressalta as ambiguidades das instituições durante a ditadura e a vulnerabilidade enfrentada por mulheres militantes.

Considerações finais

Apontamos, por meio da pesquisa e da elaboração de material didático voltado ao ensino de História, estratégias para problematizar o ensino em perspectiva de gênero e, por consequência subsidiar alternativas de elaboração de recursos didáticos facilmente aplicáveis, como é o caso da confecção e aplicação do *frame*. Além de responder à urgência de se combater discursos negacionistas e revisionistas que buscam reabilitar a imagem do regime, a proposta mostrou potencial pedagógico para instigar leituras críticas e plurais, aproximando o ensino da realidade do alunado. Essa metodologia não apenas reconfigura o imaginário coletivo sobre o período de exceção, mas também contribui para consolidar a memória e a valorização das mulheres como agentes centrais na luta pela democracia.

Em uma dimensão didático-pedagógica, a proposta de guias visuais que articulam o uso das narrativas historiográfica e cinematográficas apontam para o caminho de autonomia do docente para produzir de forma autoral recursos para compor suas próprias estratégias de ensino. Na dimensão teórico-epistemológica, a pesquisa e produto educacional apresentados respondem à necessidade de suprir lacunas, enquadramentos seletivos e interessados da própria historiografia oficial, em um exercício de ação científica protagonista requerida do professor de história como professor-pesquisador – *ethos* capaz de definir o papel do docente de uma área, que tem sido objeto de conflito e disputas no interior dos currículos e dos espaços de ensino na contemporaneidade.

Referências

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 50 – 65, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.56080. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revis-taempauta/article/view/56080>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BALESTRA, Maria Aparecida. *Memória e ensino de história: reflexões sobre os livros didáticos e a construção da memória histórica*. São Paulo: Cortez, 2015.

BARBOSA, Júlia; SILVA, Maura. A história não ensinada sobre a ditadura civil-militar: reflexões sobre pesquisa e ensino no contexto amapaense. *Fronteiras & Debates*, Amapá, v. 7, n. 2, p.199-215, 2020. DOI: [10.18468/fronteiras.2020v7n2.p199-215](https://doi.org/10.18468/fronteiras.2020v7n2.p199-215). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349342233_A_historia_nao_ensinada_sobre_a_ditadura_civil-militar_reflexoes_sobre_pesquisa_e_ensino_no_contexto_amapaense. Acesso em: 21 ago.2024.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. vol. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2018.

CARVALHO FILHO, Roper Pires de. Ensino de História: políticas curriculares, cultura escolar, Saberes e práticas docentes. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 82 – 101, jul./dez. 2012. DOI: [10.5965/2175180304022012082](https://doi.org/10.5965/2175180304022012082). Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012082>. Acesso em: 12 mai. 2024.

CAVALCANTI, Erinaldo. A Amazônia representada nos livros didáticos. *História & Ensino*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 287-312, Jul./Dez. 2020. DOI: [10.5433/2238-3018.2020v26n2p287](https://doi.org/10.5433/2238-3018.2020v26n2p287). Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/39631>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CERRI, Luis Fernando; DUARTE, Geni Rosa. Politização e consciência histórica e jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. *Diálogos*, Maringá, v. 16, supl. Espec., p. 229-256, dez./2012. DOI: [10.4025/dialogos.v16isupl.659](https://doi.org/10.4025/dialogos.v16isupl.659). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526888011>. Acesso em 01 dez. 2024.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPIS*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 370–383, 2015. DOI: [10.5216/o.v15i2.33836](https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33836). Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opis/article/view/33836>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERREIRA, Marieta. O ensino da História , a formação de professores e a Pós-Graduação. *Anos 90*, Porto Alegre, v.23, n. 44, p. 115, dez. 2016.DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.68383>. Acesso em 01 Fev. 2024.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

FOUCAULT, Michel de. Les Anormaux. Paris: Gallimard. In: PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15- 23, jun. 2010. DOI: 10.1590/S0104-44782010000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões*. Tradução de M. J. Coracini, São Paulo: Ática, 1992.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História*. 13. ed. rev. e ampl. Campinas: Papirus, 2012.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 237-250, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1940/1079>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MARIGHELLA. Direção de Wagner Moura. São Paulo: O2 Filmes, 2019. Son., color.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 66–88, 2019. DOI: 10.20949/rhhj.v8i15.522. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/522>. Acesso em: 9 maio. 2023

MOTA, Sandra Uanne Canela da. *Ensino De História E Mulheres No Contexto Da Ditadura Cívico-Militar (1964-1985): o frame como proposta de guia visual para enfrentamento didático do silenciamento de vozes femininas durante a repressão política no Brasil*. 2025. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. Projeto História, 10, 7-28. p. 79-115, 1992.

PEREIRA PINTO, Arthur Gibson. *Super-heróis e Ensino de História, um Guia Visual: sugestões didáticas para o uso de filmes da Marvel e DC na sala de aula*. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Revista Tempo e Argumento*, Santa Catarina, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018. DOI: 10.5965/2175180310242018088. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018088>. Acesso em: 02 mai. 2024.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos combates pela história: desafios do ensino*. São Paulo: Contexto, 2021.

ROCHA, Helenice. *Ditadura e educação: os livros didáticos de história (1964-1985)*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p.108–132, 2013. DOI: 10.5965/2175180305102013108. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

SARDINHA, Antônio Carlos; SILVA, David Junior de Souza; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Gênero no (do) Referencial Curricular Amapaense para o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental. *Revista História Hoje*, v. 11, n. 22, p. 220-246, 2022. DOI: 10.20949/rhhj.v11i22.777. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/777>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Maura Leal; CAMILO, Janaína Valéria Pinto. A Fortaleza de São José de Macapá: nos rastros das memórias das prisões e torturas (1964-1973). *Tempo*, Niterói. Vol. 27 n. 1, p. 124-143, 2021. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2021v270107. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/9J8yR9Vxd8crG3tWbnf8H4t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *RIDH*, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em: 18 set. 2024.

VEEN, Wim; VRAKKING, Ben. *Homo zappiens: educando na era digital*. Tradução de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VILLAMÉA, Luiza. *A torre: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ZUZU Angel. Direção de Sérgio Rezende. Rio de Janeiro: Globo Filmes, Lereby Produções e Toscana Audiovisual, 2006. Son., color.

Nota

- 1 Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.